

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A AMAZÔNIA NAS NEGOCIAÇÕES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

*Geraldo Alves Teixeira Júnior**

RESUMO: Este artigo pretende mostrar como o Brasil utilizou a Amazônia nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas. Como ponto de partida, serão feitas breves considerações sobre como a região é considerada no imaginário político e social do país. A partir disso, e em contraposição a essas várias “imagens da Amazônia”, serão destacados os graves problemas ambientais que agravam continuamente a destruição da floresta. Por fim, após um histórico das negociações internacionais sobre mudanças climáticas, será mostrado que tais problemas geram um efeito direto sobre o comportamento da diplomacia brasileira nessas negociações; e veremos como o Brasil instrumentalizou tais problemas a fim de manter uma postura que lhe conferisse benefícios sem lhe impor deveres. Postura que, no entanto, não beneficia os esforços contra as mudanças climáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Mudanças climáticas. Política externa brasileira. Amazônia.

ABSTRACT: This article intends to show how Brazil has made use of the Amazon forest during international negotiations on climate change. As a starting point, brief considerations will be held on how the region is considered in people’s political and social imagination. In opposition to these several “Amazon images” it will

* Graduado em Relações Internacionais pela PUC-SP. Mestrando em filosofia pela Unicamp. Membro do “ECOS – Grupo de Estudos e Pesquisas Ambientais” da PUC-SP. Gostaria de agradecer à professora Marijane Vieira Lisboa. O presente artigo inspirou-se nas discussões que tive com ela sobre o tema e nos seus ensinamentos por ocasião do curso “Negociações Internacionais e Meio Ambiente”, que ofereceu na PUC-SP.

be presented the serious environmental problems which continually worsen the forest destruction. Finally, after a historical view of international negotiations on climate change it will be pointed that those problems produces direct effects on how Brazilian diplomacy behaves on those negotiations; and we will realize how Brazil used those problems as tools to keep a posture that could serve to generate benefits without imposing duties. That position nonetheless does not advance the efforts against climate change.

KEYWORDS: Climate changes. Brazilian foreign policy. Amazon forest.

Introdução

As mudanças climáticas despertam interesses e preocupações desde o início da discussão sobre questões ambientais. Além de se apresentar em uma dimensão global e alimentar previsões de aparência apocalíptica – utilizadas como cenário em filmes de ficção-científica – o problema gera efeitos significativos, geralmente negativos, em nossa época. Talvez por ser um dos problemas mais perceptíveis para a maior parte das pessoas, esse fenômeno é frequentemente considerado, inclusive por especialistas, o mais sério problema ambiental.

Certamente é impossível descartar sua relevância, porém, uma cautela muito grande seria necessária antes de classificar ou graduar a importância de problemas ambientais. Talvez isso pudesse ser feito através do estabelecimento de um parâmetro que representa o interesse do estudo – por exemplo; se considerado os efeitos de curto prazo, o problema das mudanças climáticas poderia ser “mais importante”, já que muitas de suas consequências poderão ser vistas em menos de uma geração. Esse parâmetro, porém, seria praticamente aleatório a outros estudos que eventualmente se baseassem em outros fatores. Antes de qualificar o problema há de se considerar que o meio ambiente é único, desde a esfera sub-atômica até a dimensão universal. Assim, qualquer problema ambiental que não seja breve e pontual, isto é, que não

seja limitado no tempo e no espaço simultaneamente, terá resultado em todos os níveis entre estes dois extremos: indivíduo, sociedade, espécie humana, reino animal, organismos vivos. Um problema ambiental se agrava, ainda, se um fator atua em escala global. Como sabemos, contudo, as mudanças climáticas não são o único problema ambiental global. Outro problema para estabelecer a qualificação envolveria o conhecimento das consequências deste e dos outros temas a ele comparados, o que, pelo menos até o momento, não foi completamente estabelecido; ao contrário, o perigo que representa grande parte dos temas ambientais é o desconhecimento e a imprevisibilidade.

Assim, a suposição não é a que considera que este seja o maior problema ambiental que enfrentamos, mas por compreender que este é *um* problema ambiental e, conseqüentemente, está relacionado a outros, por meio de suas causas, efeitos, mecanismos de *feed-back* e mesmo fatores desconhecidos. Com isso pretende-se indicar que se os problemas ambientais podem ser estudados separadamente, eles devem ser entendidos sob a maior unidade possível que podemos conferir ao termo “meio ambiente”.

De início, vale justificar que temas que deveriam ser de primeira ordem para a discussão, tais como os indígenas, as comunidades tradicionais, os habitantes locais, as desigualdades sociais, as condições de trabalho, as forças políticas e outros temas específicos serão abordados apenas marginalmente. Além do espaço, a razão impeditiva é metodológica, isto é, a análise pretende se focar, sobretudo, na presença da Amazônia na política externa. Temas como os citados são frequentemente substituídos pelos governos pelo discurso da regionalização – ainda que as vezes recebam uma atenção mais específica por parte da política interna –, motivo pelo qual estiveram quase sempre ausente das discussões sobre mudanças climáticas. Citando o professor Aziz Ab’Saber, é “como se naqueles 4 milhões de quilômetros quadrados não existissem diferenciações regionais”.¹ Outro fator que di-

¹ “Floreta de Aluguel”. *Revista Terra* n°150. Outubro de 2004. p.20-21.

ficultaria (mas não impediria) seria o conhecimento minimamente objetivo dos problemas que afetam a região, para além da “virtualização” da mídia.

Trata-se aqui, também, de observar a dita “razão de Estado” no cenário internacional. Kissinger, conhecido adepto da ideia, argumenta que a natureza da *Raison d’État* é basicamente a de um cálculo risco-benefício, uma vez que a moral está submetida a ela (*Raison d’État*).² A questão das mudanças climáticas e de seus efeitos é reconhecida como problemática por todos, e, ainda assim, muitos são os governos que antes de fazer os esforços querem garantir benefícios – leia-se ganhos econômicos. A gravidade do problema, porém, é capaz de mostrar que o Estado, portanto, não é tão racional a longo prazo, visto que o risco das mudanças climáticas nem sempre são tão bem “calculados” nas elaborações de suas políticas.

Amazônia para os brasileiros

Esta seção tem o objetivo principal de esclarecer um pouco o imaginário de grande parte da população no que se refere à Amazônia, quer dizer, esboçar uma análise de como os brasileiros percebem a região. Isso porque sem dúvidas essas ideias se transformam em políticas. O subtítulo aqui apresentado já se propõe como parte desta análise, pretendendo estabelecer uma relação analógica com o enunciado sintético da doutrina Monroe, “América para os americanos”, que, orientou, por tempo considerável, a política externa norte-americana. Se nos atentarmos a essa analogia, perceberemos que um dos primeiros impulsos desse imaginário diz respeito a não interferência externa. Isto é, busca-se a soberania, em seu conceito mais tradicional.

² KISSINGER, Henry. From Universality to Equilibrium. In *Diplomacy*. New York: Ed. Simon & Schuster, 1994.

Soberania

O temor de uma invasão militar desse território por outro país orienta, desde há muito tempo, políticas governamentais para a região. Não há, certamente, nada que se aproxime de um consenso em relação aos principais problemas e muito menos no que se refere às políticas para combatê-los. Porém, o paradigma da soberania estatal é tão marcante quando se trata da região que tanto a direita, como também grande parte da esquerda das forças políticas nacionais, em seu nome, esquecem as questões sociais ali presentes para defender a integridade territorial e a não intervenção. Simplificadamente, equivaleria a dizer “existem problemas, mas o problema é nosso” – com toda a conotação de propriedade que o “nosso” pode conferir.

Se antes de 1964 já havia intenções de “ocupar” a região isso se dava pelo desejo de aproveitar seus recursos. A partir de então, como é comum em qualquer instituição militar, a problemática da segurança é exacerbada. Com o golpe de 64, os militares se vêm livres para implementar suas paranóias geopolíticas – elaboradas no interior da Escola Superior de Guerra sob os conceitos da Doutrina de Segurança Nacional – como política concreta na região amazônica, alinhada ao discurso chave da época, o “desenvolvimento”. A garantia de segurança estaria no povoamento e na civilização. Nos quadros da manobra geopolítica preconizada pelo coronel Golbery de Couto e Silva, tratava-se de “inundar de civilização a Hiléia Amazônica, a coberto dos nódulo fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída no centro-oeste em ação coordenada com a progressão E-O segundo o eixo do grande rio”.³

Dessa época são ainda diversos planos governamentais tais como o desenvolvimento do BASA (Banco da Amazônia S.A.), a

³ COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura política nacional, o poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981. p.47.

criação da SUDAM (Superintendência do desenvolvimento da Amazônia), a criação da SUFRAMA (Zona Franca de Manaus), o projeto de construção da Rodovia Transamazônica (4960 km) e da Perimetral Norte (4000 km), e o Grande Projeto Carajás (mineração de ferro).

O importante é lembrar que os grandes projetos agropecuários, rodoviários, hidrelétricos, de mineração e de colonização têm forte impacto ambiental porque se baseiam na destruição da floresta ou no mínimo a facilitam. Tal como foi concebido, o desenvolvimento da Amazônia pressupunha o desmatamento.⁴

Além do problema ambiental que se prolonga, os projetos de desenvolvimento visivelmente falharam, deixando também heranças sociais e políticas até os nossos dias. Mais preocupantes que os erros é o fato de serem repetidos. Com a volta dos governos civis, a atuação militar na região não se modificou e, ainda no governo Lula, persistem as mobilizações de milhares de soldados de todo o país para treinamento na Amazônia com custos que montam às cifras dos milhões de reais.⁵

Muitos projetos de integração regional com os países limítrofes do norte também foram traçados a partir da Amazônia na década de 80. Muitos continuam em vigor, mas têm suas ações bastante limitadas. São eles: o Tratado de Cooperação Amazônica, o Projeto Calha Norte e o SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia).

⁴ SANTOS, Laymert G. "A encruzilhada da política ambiental brasileira", in *Polítizar as Novas Tecnologias*. São Paulo: Editora 34, 2003. p.40.

⁵ O custo de uma única operação realizada no ano de 2008 girou em torno de R\$10 milhões de reais. Cf. "Ministro da Defesa acompanha Operação Poraquê". 11/08/08. (Disponível em <http://portalamazonia.globo.com/noticias.php?idN=70823>); cf. também MOTA, Amanda – "Simulação de guerra na Amazônia serviu para testar militares, diz comandante". Radiobrás. 16/08/08. (Disponível em <http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia/?id=40092>).

Ecologia

Quanto a um imaginário de nação, poderíamos dizer que assim como a os gregos têm orgulho da filosofia clássica, e os americanos do seu sistema político, o Brasil sentimento similar em relação ao meio-ambiente. Muito se enfatiza suas “belezas naturais”, a biodiversidade, as águas e todo seu “verde”, assim como se vê nos anúncios de turismo ou em outras propagandas do governo. Certamente a realidade na qual esse sentimento se baseia é verificável, considerando, por exemplo, a grande biodiversidade do país; porém, nesta visão estereotipada, o meio ambiente é visto ou de forma romântica, ou de forma utilitária. Sobre a Amazônia, mais até que sobre outras regiões, recaem essas visões, sobretudo devido ao grande desconhecimento, o que gera a imagem de mistério a ser desvendado. No entanto, nenhuma dessas perspectivas consegue realizar ações concretas na preservação. Desse modo vale ressaltar o que Laymert diz sobre esse sentimento:

talvez todos os brasileiros sejam mesmo ciosos das riquezas naturais do Brasil. José Augusto Pádua, entretanto, mostrou que existe um abismo entre a celebração retórica e a realidade da devastação impiedosa, lembrando que o próprio nome do país encarna a exploração predatória do pau-brasil nas matas das costas.⁶

O comportamento político de âmbito federal em relação à região varia, em grande medida, do contato entre essas duas ideias que a cercam – a da natureza utilitária e a da natureza romântica. Frequentemente esse contato é conflituoso porque aquela outra ideia, a soberania, pressupõe a possibilidade de se fazer o que bem entender dentro do território – pressupõe possibilidades ilimitadas – enquanto que o meio ambiente não o permite por ser reconhecidamente esgotável.

⁶ SANTOS, Laymert G. *op cit.* p. 36.

Amazônia simplificada

A floresta amazônica se espalha por nove países sul-americanos: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. A vasta área de baixíssima densidade demográfica possui a maior bacia hidrográfica do mundo, diversos recursos minerais, vegetais e animais. No que se refere ao Brasil,

A chamada Amazônia Legal brasileira tem uma superfície de aproximadamente 5 milhões de Km², ou seja, 60% do território nacional. Desse total, 38% são cobertos por florestas densas; 14% são cobertas por vegetação aberta, como cerrados e campos naturais, sendo o restante (12%) ocupado por vegetação secundária e atividades agrícolas.⁷

Nove estados dividem essa área: Acre, Amazônia, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. As zonas urbanas cobrem 5,6% do bioma Amazônia e nessas áreas urbanas sua população é de 13,7 milhões, o que equivale a 69% da população de toda a região norte.⁸

No norte do país, os problemas ambientais agravam e são agravados pelas questões sociais: “outro crime, além do ambiental, está atrelado à devastação: o trabalho escravo. É isso que revela a comparação dos mapas de desmatamento com os de libertação de trabalhadores em situação irregular”.⁹ De 1995 até 2005 mais

⁷ SANTOS, Laymert G. *op cit.* p. 17.

⁸ BARRETO, Paulo; SOUZA JR, Carlos; ANDERSON, Anthony; SALOMÃO, Rodney e WILES, Janice. *Pressão Humana no Bioma Amazônia*. In: O Estado da Amazônia. Imazon 2005. p.2. Disponível em: < http://www.globalforestwatch.org/common/pdf/HumanPressure_policy_brief_portuguese.pdf >. Acesso em 25 mar. 09.

⁹ SAKAMOTO, Leonardo. Crime em dobro na selva. *Revista Terra* n° 159, julho 2005. p.14-18.

¹⁰ *Idem*. Segundo a revista, as fontes dos dados são: ONG Repórter Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, e Comissão Pastoral da Terra.

de 15 mil pessoas foram libertadas destas condições. O trabalho escravo se concentra 80% no ramo da atividade pecuária e 10% na agricultura de algodão e soja.¹⁰ Vale notar que não raro essas propriedades pertencem a latifundiários, “muitos produzindo com alta tecnologia para o mercado consumidor interno ou para o mercado internacional”.¹¹

Desmatamento

Várias são as causas do desmatamento e da degradação ambiental da floresta amazônica que, na verdade, ocorre como um ciclo movido por distintos atores. Por isso mesmo não há um acordo sobre onde começa o ciclo de devastação, o que, em parte, dificulta as políticas públicas. Apesar disso, os atores são bastante conhecidos: são os pecuaristas, os agricultores, os madeireiros, os grileiros os garimpeiros, as estradas e os bancos de crédito – incluindo os do governo. Independente de onde se inicia o ciclo, podemos observar o processo a partir de um ponto aleatório – isto é, que não necessariamente é o início efetivo – através do qual se dá a expansão do desmatamento:

Pecuaristas compram ou grilam terras, derrubam a mata por conta própria ou em conjunto com madeireiros, e transformam a floresta em pasto. Passados alguns anos, vem a pressão de grandes agricultores, que querem essas áreas para expandirem seus negócios. A venda é feita e o pasto dá lugar a plantações de soja e algodão. Com dinheiro na mão o pecuarista segue para a floresta intocada e recomeça o ciclo.¹²

Um estudo do Banco Mundial aponta os pecuaristas como principal agente do desmatamento, isentando, em seguida, a ação governamental como causa do problema:

¹¹ *Idem.*

¹² *Idem.*

As atividades econômicas que estimulam as incorporações de novas áreas para a expansão da produção agropecuária e o desmatamento não dependem de subsídios ou transferências governamentais do restante do país [...], muito embora a região mantenha-se dele dependente em termos de mercados e de financiamentos.¹³

No entanto, o governo deve responder por sua parcela de desmatamento. Os estímulos ao agronegócio, por meio de liberação de crédito feita por bancos federais – principalmente BASA e Banco do Brasil – na região são, sem dúvida, fatores que impulsionam o desbravamento da “última fronteira”, uma vez que pouco controle se tem sobre o modo como o dinheiro será investido. Além disso, a promessa do atual governo de asfaltamento da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) – principal caminho de escoamento da madeira –, gerando expectativa de facilitação das exportações por meio do porto de Santarém, está seguramente impulsionando o desejo de aumento de produção, levando à expansão das áreas de cultivo e contribuindo com o desmatamento. Tudo isso, como se percebe, se insere no ciclo de devastação, que permite que todos os outros agentes devastadores, além do agricultor ou do pecuarista, se beneficiem.

A degradação ambiental da região é feita pelos atores acima relacionados agindo muitas vezes em conjunto, até mesmo sob orientação da mesma pessoa – por exemplo: dentro da fazenda que se realiza a agropecuária também se realiza a retirada de madeira para venda. Pela complexidade do problema, pode mesmo ser que haja outros atores além destes. A responsabilidade destes agentes estatais e privados, porém, é inegável, e frequentemente – à parte o real desconhecimento, ou a carência de uma análise consensual – a tentativa de apontar para um ou outro agente como o principal, esconde a intenção de passar a culpa adiante.

¹³ MARGULIS, Sérgio. “Causas do desmatamento da Amazônia brasileira”. Banco Mundial. Brasil, julho 2003. p.38. Disponível em <http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=79104&tipo=6&cat_id=44&subcat_id=185>. Acesso em 25 mar 09.

Isso ocorreu, por exemplo, no contexto da morte da missionária Dorothy Stang no Pará, quando o governo sucessivamente reiterava que o ocorrido era uma resposta dos grileiros à política ambiental do governo na região. As declarações foram contra-argumentadas por um ambientalista nos seguintes termos:

É uma avaliação um pouco superficial a respeito da raiz do problema. A Dorothy lutava pelos projetos de desenvolvimento sustentável há anos e sempre houve denúncias sobre ameaças. Se fosse uma resposta, não seria a irmã Dorothy a assassinada, mas sim alguém relacionado ao governo”, disse à Reuters o coordenador de áreas protegidas da Amazônia do Greenpeace, Carlos Ritti.¹⁴

São as questões desta Amazônia as que causam problemas às políticas nacionais e internacionais do governo. Esta Amazônia, porém, é frequentemente ignorada pelos governos e – convenientemente muitas vezes – o problema persiste. Certamente, se é possível fazer com que a região passe de problema a solução para a atuação internacional do governo, é sobre estas questões que se deveria trabalhar, e não sobre aqueles da Amazônia idealizada, da Amazônia fonte de recursos, ou mesmo da Amazônia como ponto fraco da segurança nacional.

O Protocolo de Quioto

Apesar de que, até muito pouco tempo, o governo brasileiro inseria certa quantia de dúvida na contribuição da ação humana para o aquecimento global dizendo que “*muito provavelmente*, a mudança já observada no clima resulta de ações humanas”¹⁵,

¹⁴ SERIO, Denis Eduardo. “Ambientalistas rebatem tese do governo sobre morte de freira”. Reuters. 02 mar 05. Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2005/03/02/ult1928u935.jhtm> >. Acesso em 29 mar 09.

¹⁵ MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. “Nota do Governo do Brasil sobre as Negociações Internacionais relativas à Mudança Global do Clima”. 20/06/01. Grifos meus. Disponível em <<http://200.130.9.7/Clima/brasil/posicao1.htm>>. Acesso em 29/03/09.

esse efeito já é aceito internacionalmente há algum tempo, e é por esse motivo que se inicia as negociações sobre mudanças climáticas.

O meio-ambiente como um todo é um dos “novos temas” da agenda internacional que começa a se fazer mais visível a partir da década de 80. Em 1990 é lançado o primeiro relatório do Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas (IPCC), iniciado em 1988 sob a responsabilidade do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA em português, ou UNEP, na sigla em inglês). Na Convenção do Clima, assinada na ECO-92 no Rio de Janeiro por cerca de 190 países, os signatários se comprometem a estabilizar as emissões de gases estufa com base nos procedimentos apresentados no Artigo 4 da convenção. Desde já é solicitada aos países a elaboração de um “inventário nacional” que explicita onde estão as fontes os reservatórios e os sumidouros de carbono.

Esta foi uma das primeiras conferências ambientais de grandes proporções e todo o contexto internacional – marcado principalmente pelo fim da Guerra Fria – favorecia naquele momento a cooperação. Nenhuma das “obrigações” impostas pela convenção possuía metas e, portanto não poderiam ser cobradas. Tudo isso somado, facilitou bastante as negociações para a assinatura, e permitiu que tantos países se engajassem naquele primeiro momento.

Em 1995 o IPCC lança seu segundo relatório e, naquele mesmo ano, na Primeira Conferência das Partes da Convenção (COP-1), em Berlim, tenta-se estabelecer metas claramente definidas para que sejam cumpridas pelos países. Na COP-3, de 1997, em Quioto, algum resultado foi alcançado:

A conferência culminou na decisão por consenso de adotar-se um Protocolo segundo o qual os *países industrializados* reduziram suas emissões combinadas de gases de efeito estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990 até o período entre 2008 e 2012. Esse compromisso, com vinculação legal, promete produzir uma reversão da tendência histórica de crescimento das emissões

iniciadas nesses países há cerca de 150 anos.¹⁶

Vale notar que o Protocolo estabelece os responsáveis históricos pelo efeito estufa: os países industrializados. Para os demais, continuaria a valer as obrigações da Convenção do Clima da ECO-92. Inicialmente 84 países assinam. Na reunião da COP-5, em Bonn (1999), são definidos os países do “Anexo I”, aqueles que ficarão sujeitos às metas estabelecidas pelo Protocolo: os países desenvolvidos e os países do leste europeu. A partir de então o Protocolo fica esperando pela ratificação de algum país que o permita englobar pelo menos 55% das emissões de dióxido de carbono de 1990. Na COP-10, em Buenos Aires (2004), a Rússia declara que irá ratificar o tratado, e esse piso exigido para sua entrada em vigor é alcançado. O Protocolo de Quioto entra em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005.

Apesar de todo o longo e penoso processo de negociações que o Protocolo de Quioto encerra, ele entra em funcionamento bastante desacreditado porque se reconhece que como demorou quase dez anos para entrar em vigor, as emissões já haviam aumentado significativamente nesse período de discussões, e não seria suficiente, portanto, reduzir as emissões segundo a meta estipulada (5% abaixo das emissões de 1990). O segundo ponto que gerou pessimismo é a não adesão dos Estados Unidos, o maior poluidor individual, que colabora com cerca de 25% das emissões globais de dióxido de carbono.

Já na Convenção do Clima, os EUA se negavam a assinar e, nos anos seguintes, por várias vezes os demais participantes tentam, sem sucesso, atrair os americanos. Em 1998, no governo Bill Clinton, os EUA assinam, mas o senado americano rejeita por unanimidade a ratificação do Protocolo. Em 2000, durante a COP-6, os EUA, apoiado por um grupo de organizações não-governamentais (ONGs), defende a possibilidade de que eles pudessem conti-

¹⁶ MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Introdução. In *Protocolo de Quioto*, p.2. Grifos meus.

nuar a se desenvolver e pagar aos países subdesenvolvidos para que mantivessem suas “Florestas em pé”. A proposta é rejeitada porque se entendia que não haveria garantias de que os países em desenvolvimento respeitariam os convênios bilaterais – ou seja, suspeitava-se que eles recebessem o dinheiro, mas não o utilizassem para preservar as florestas. A partir de 2001 a expectativa da entrada dos EUA no Protocolo diminuiu ainda mais, devido ao início do governo Bush e à postura unilateral que aquele governo adotou na política externa.

As posições brasileiras

Depois de sediar a Conferência das Nações Unidas no Rio e de ter sido protagonista importante para as negociações da Convenção do Clima, o governo brasileiro frequentemente tenta se dizer liderança em relação às questões ambientais internacionais. Algum protagonismo ocorreu, de fato, nas negociações sobre mudanças climáticas, porém, a suposta liderança nos temas ambientais como um todo é bastante questionável, uma vez que a diplomacia brasileira “[...] no campo ambiental, tem sido bastante medíocre... [...] A exceção que confirma a regra é o caso da política brasileira na área da Convenção das Mudanças Climáticas”.¹⁷

Em grande parte das negociações para a implementação dessa primeira fase do Protocolo de Quioto, que vai até 2012, o Brasil atuou como mediador entre o G77/China e os países desenvolvidos, ainda que fosse integrante do primeiro. No início das negociações o Brasil, juntamente com os países em desenvolvimento, propunha o Fundo de Desenvolvimento Limpo (FDL), o qual seria constituído pelas quantias pagas pelos países desenvolvidos que não cumprissem suas metas de redução. Não passando essa proposta, devido à oposição dos países desenvolvidos, foi apresen-

¹⁷ LISBOA, M. *Em Busca de uma Política Brasileira de Meio Ambiente: três exemplos e uma exceção à regra*. In São Paulo em Perspectiva: Política internacional. 2002. p.44.

tado o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), o qual permitiria a comercialização de cotas de carbono entre os países do G77 e os do Anexo I. Essa passagem do FDL para o MDL é, reconhecidamente, resultado do esforço da diplomacia brasileira, e se insere nesse período de flexibilização de suas posições, o que permitiu o maior diálogo com os países do Anexo I. Contudo, se foi inquestionavelmente mais viável, esta nova proposta seria contestada em termos de sua eficácia, uma vez que libera a emissão por parte dos países ricos desde que estes produzissem ou financiassem o desenvolvimento ambiental em outros países.

Se, em grande medida, essa flexibilização e a aproximação dos países desenvolvidos por parte do Brasil serviu para que o Protocolo pudesse se efetivar, a nova posição antecipava a futura postura reativa/defensiva que o Brasil passaria, em breve, a adotar. Grande parte desse processo de mudança de postura tem a ver com as cobranças que começavam a ser feitas em relação à Amazônia. Começava a ficar claro assim, como o Brasil utilizaria a Amazônia nas negociações sobre mudanças climáticas: “Uma visão alternativa/positiva sobre a Amazônia teria levado o Brasil a uma aliança inversa, o que talvez teria tido influência significativa sobre o perfil do Protocolo”.¹⁸

A Amazônia e o Protocolo de Quioto

É bem sabido que não é devido ao Protocolo de Quioto que a Amazônia começa a ter visibilidade internacional. Em termos econômicos, o chamado “Ciclo da Borracha” (1840-1910) é um indicio de quão antigo é o interesse pela região. No que se refere aos problemas que ali existem, no entanto, a referida visibilidade ocorre, sobretudo, no fim da década de 70, quando se começa a conhecer as questões de desmatamento e, principalmente, após a morte de Chico Mendes. Além disso, como vimos, outro fator que

¹⁸ VIOLA, Eduardo. A participação do Brasil no Protocolo de Kyoto. In *Carta Internacional*, São Paulo, v. 10, n. 107/108, p. 16-19, 2002.

aumentou o interesse pela região foi o fortalecimento da nova agenda internacional – que passava a incluir temas ambientais.

O Brasil, supõe-se, se porta inicialmente com uma posição mais ativa nas negociações porque leva como instrumento político o fato de que possui 16% das áreas florestais do planeta e, portanto, estaria trabalhando no sentido inverso do aquecimento global. A partir do momento em que essas áreas florestais – mais propriamente, a Amazônia – passam a ser vistas como um problema, sua posição se altera.

A floresta Amazônica foi percebida como um ônus por causa do desmatamento e não como um trunfo por causa do serviço global de seqüestro de carbono. O suposto implícito dos negociadores brasileiros era que o país não conseguiria colocar um freio significativo no desmatamento da Amazônia.¹⁹

Por parte do governo, essa visão ainda é preponderante. Isso ocorre, em parte, porque se conhece as dificuldades de se efetivar políticas que impeçam os problemas ali presentes; em parte, por entender que existem grupos com força política que se beneficiam com tais problemas; ou, ainda, porque frequentemente as políticas para a ação do governo se estabelecem somando os critérios para a solução dos problemas, aos critérios para a satisfação dos interesses. Nesse último caso, na tentativa de não desagradar os interesses econômicos e, ao mesmo tempo, não ser visto como negligente, passa-se a elaborar projetos “moderados”, que não conseguem – porque mal se pode dizer que se propõem a tanto – resolver o problema.

A ênfase do governo ao agronegócio não tem visão crítica do impacto que ele causa no meio ambiente. Além disso, alianças políticas com grupos historicamente opositores do meio ambiente impedem que o governo avance no que se esperava dele. Amir Lando

¹⁹ *Idem.*

[então ministro da Previdência], por exemplo, sempre foi um grande opositor das causas socioambientais”.²⁰

Os problemas na floresta Amazônica não têm fim previsto, o que, como se esperava, tem dificultado as ações do Brasil nas negociações da segunda fase do Protocolo de Quioto – que pretende estabelecer metas para depois de 2012. É por ter consciência de que tais problemas são fatores que prejudicam diretamente suas posições nas negociações sobre mudanças climáticas que o Brasil atrasou tantas vezes a liberação de seu inventário sobre emissões antrópicas de gases estufa – a única obrigação pela qual ele poderia ser cobrado com base na Convenção de Mudanças Climáticas. Ratificada a Convenção do Clima em 1994, apenas em 2004 o Brasil cumpre este ponto estabelecido pela Convenção.

Na ocasião, os dados acerca das emissões brasileiras, liberados com todo este atraso, confirmaram as expectativas de ambientalistas e da comunidade internacional a respeito da participação do Brasil no Efeito Estufa: 75% das emissões do país são derivadas de desmatamento e uso inadequado da terra e a participação brasileira nas emissões globais está em cerca 3%.²¹

O desmatamento na Amazônia havia aumentado substancialmente até 2004, atingindo o segundo maior nível já medido.²²

²⁰ Adriana Ramos coordenadora do programa de política e direito do Instituto Socioambiental (ISA). Entrevista em: SERIO, Denis Eduardo. Ambientalistas rebatem tese do governo sobre morte de freira. Reuters. 02 mar 05. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2005/03/02/ult1928u935.jhtm>>. Acesso em 29 mar 2009.

²¹ Emissões brasileiras. Disponível em: <<http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/654>> . Acesso em 28 mar 09.

²² Fonte: Ministério do Meio Ambiente. Recuperado e disponível em: <http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=161681&tipo=6&cat_id=1&subcat_id=>>. Acesso em 26 mar 09.

Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Área	14.896	29.059	18.161	13.277	17.383	17.259

Ano	2000	2001	2002	2003	2004
Área	18.226	18.165	23.266	24.430	26.130

A continuidade do desmatamento gera efeitos graves. Em 2005 indicava-se sobre o efeito desse desmatamento contínuo: “A área desmatada acumulada atingiu agora cerca de 680.000 km², aproximadamente 17% da floresta amazônica brasileira”.²³ A divulgação dos dados gerou constrangimentos que precisaram ser justificados nos vários setores sociais, e, mais uma vez, todos tentaram se isentar da culpa; assim como o fez Rui Ottoni Prado, vice-presidente da Famato (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso):

Falar que a soja é a grande causa do desmatamento é uma inverdade. A agricultura empresarial no Mato Grosso está em áreas que não são nem de pecuária e nem de floresta. A população do interior do Brasil, do interior do Mato Grosso, entende que estamos trazendo um benefício para eles – qualidade de vida, emprego, renda. Os dados do IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] no Mato Grosso indicam que os melhores índices estão justamente nas regiões produtoras de soja.²⁴

O argumento é bem conhecido: economia, emprego, qualidade de vida. O que não se disse é que a melhora do IDH no Mato Grosso – onde se havia medido o maior nível de desmatamento –

²³ Desmatamento na Amazônia é o Segundo Maior da História. disponível em: <http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=161681&tipo=6&cat_id=1&subcat_id=>>. Acesso em 26 mar 09.

²⁴ Saiba a opinião de especialistas sobre o segundo maior desmatamento da história da Amazônia – 20 mar 05. Disponível em <<http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=161833>> . Acesso em 26/03/09.

era verificado basicamente nas áreas urbanas, e não em torno do plantio de soja.

Ao publicar o Plano Nacional Sobre Mudança do Clima, no final de 2008, a Amazônia aparece com papel de grande importância, e consta no plano uma meta de redução para a taxa de desmatamento da floresta:

Redução do desmatamento em 40% no período 2006-2010, relativamente à média dos dez anos do período de referência do Fundo Amazônia (1996-2005), e 30% a mais em cada um dos dois quadriênios seguintes, relativamente aos quadriênios anteriores.²⁵

Como se percebe, a meta definida desconsidera o maior desmatamento já verificado, que ocorreu em 1995; caso fosse considerado, a média de referência teria sido mais elevada. Em todo caso, atingir o patamar proposto exigirá esforços efetivos de vários órgãos dos governos federais e estaduais, que terão que se dispor a contrariar, em diversos momentos, os interesses econômicos que agem como causa do desmatamento na região.

Brasil: perspectivas para negociações futuras

Até o momento o Brasil foi bastante beneficiado com o Protocolo de Quioto. No âmbito econômico ele representou um estímulo à exportação de etanol como combustível. Além disso, a comercialização das cotas de carbono é, e continuará sendo, bastante lucrativa se o país souber aproveitá-la. Na esfera ambiental, o país compartilha dos benefícios da redução de emissões sem que tenha que prestar contas ou realizar grandes esforços políticos e econômicos.

A diplomacia brasileira baseada na “racionalidade” dos interesses do Estado se esforçará para que o país continue apenas

²⁵ Comitê Interministerial sobre Mudanças do Clima – Plano Nacional Sobre Mudança do Clima. Dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/imprensa/_arquivos/96_01122008060254.pdf>. Acesso em 29 mar 05.

com estes compromissos – mesmo sabendo a responsabilidade do país pelo aquecimento global –, o que permitirá benefícios sem custos. Sabe-se, no entanto, que, se contabilizadas as emissões geradas pelo desmatamento no Brasil, o país se torna um dos maiores emissores individuais.²⁶ O Estado brasileiro saiu da primeira fase do Protocolo em uma posição bastante confortável e tem consciência de que isso lhe será cobrado nas negociações para a segunda fase do Protocolo. Logicamente, para que se alcance o objetivo do Protocolo de diminuir as emissões, não é possível diferenciar a origem delas sob o argumento de que “os países industrializados são os responsáveis”, e, logo, é com razão que os países desenvolvidos continuarão a cobrar e aumentarão a cobrança em relação à redução de emissões por parte do Brasil.

A diplomacia brasileira, desde a COP-10 de Buenos Aires já demonstra sua indisposição a prejudicar os “interesses nacionais” em nome de alguma política ambiental e argumenta baseada na responsabilidade histórica e no “Princípio das Responsabilidades Comuns, Porém Diferenciadas” – o qual diz que a preservação é de responsabilidade comum, mas que as ações serão realizadas de acordo com a capacidade dos países – vigente desde a ECO-92:

Diplomatas brasileiros já avisaram que o princípio de responsabilidades acertado na Convenção do Clima – que isenta os países em desenvolvimento - é inegociável. “Caso contrário teríamos de rever toda a convenção” disse o negociador chefe do Brasil em Buenos Aires, Everton Vargas.²⁷

Em 2006, na COP-12, em Nairóbi, e na COP-13, ocorrida no final de 2007, a postura do Brasil pouco se alterou: metas obrigatórias não serão consideradas uma possibilidade e o país irá cola-

²⁶ As informações são divergentes, porém o Brasil estaria, no melhor das hipóteses em sétimo lugar; e no pior, em terceiro.

²⁷ ESCOBAR, Herton. *Clima: Países ricos e pobres discordam*. O Estado de São Paulo. 17/12/04. p. A16.

borar apenas se for recompensado. A partir de Nairóbi, retoma-se uma discussão que, em muitos aspectos, recupera a proposta americana na COP-6, de criar um fundo para a conservação de florestas. Há, ainda, muitas divergências quanto ao funcionamento desse fundo, e as negociações serão intensas na Reunião das Partes, que ocorrerá em Bonn, no final desse ano. Apesar disso, a proposta brasileira, lançada pela primeira vez em Nairóbi, aparece isolada dos demais países:

o Brasil lançou de forma independente através do MMA [Ministério do Meio Ambiente] um Fundo Voluntário, onde se propõe que todo o “sucesso” na redução do desmatamento no Brasil deve ser premiado por países ou instituições que queiram se associar como parceiros ao Fundo. Aqueles que contribuem recebem um “Diploma”, referente as reduções de emissões efetivadas e verificadas em território nacional – mediante quantificação através de taxas históricas de desmatamento.²⁸

O discurso que “teríamos que rever toda a convenção” do negociador brasileiro em Buenos Aires dá o tom da preocupação ambiental e social do governo. Certamente uma pressão efetiva do Brasil para rever a negociação poderia prejudicar significativamente a próxima fase do Protocolo, sobretudo porque traz a possibilidade de outros grandes emissores que atualmente não estão no Anexo I, tais como Índia e China, apoiarem o Brasil na empreitada. Este foi, certamente, um dos motivos que fez com que a discussão de metas para os países em desenvolvimento fosse enfraquecida.

A eficácia da nova proposta de incentivos para a conservação de florestas é altamente incerta. Apesar disso, a total ausência de resultados poderia fazer com que as negociações se prolongassem excedendo seu limite, de 2012. Isso geraria emissões desregu-

²⁸ Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – “Resumo Geral Da Cop 13: Florestas E RED”. 11 jan 08. Disponível em: http://www.idesam.org.br/artigos/01_ResumoCOP13.pdf. Acesso em 29 mar 09.

lamentadas durante o período de negociações excedente e, ao fim, um acordo, se alcançado, entraria em vigor com dados não atualizados, e o acordo seria insuficiente para uma real diminuição do efeito estufa – assim como ocorreu na primeira fase. Em uma hipótese ainda mais desfavorável nenhum acordo seria alcançado e seriam perdidos esforços de décadas de negociações. As consequências políticas e ambientais desta hipótese são bastante imprevisíveis para serem vislumbradas.

Considerações finais

As expectativas de médio prazo com certeza são bastante pessimistas. Se os Estados Unidos continuarem de fora do Protocolo e, além disso, se associarem ao clube dos espectadores o Brasil, a Índia e a China – assim como é atualmente – os efeitos das mudanças climáticas em breve serão maiores do que os que já ocorrem atualmente. Assim, não há motivos para que os países desenvolvidos parem de exigir redução de emissões dos que não estão no Anexo I. Para que um acordo satisfatório seja atingido, a pressão, sem dúvida, deve vir também do âmbito interno, e deve se apresentar na forma de custos políticos e econômicos para o governo.

De qualquer modo, seguramente os custos destas intransigências se efetivarão, se não na forma social, na forma ambiental; e esta não pode ser reprimida pelo Estado exercendo sua soberania – termo sob o qual o Brasil tem, historicamente, discutido os problemas da Amazônia. Em várias partes do mundo e notavelmente na Europa, todos os anos ocorrem várias mortes em consequências dos verões que se tornam cada vez mais quentes. Os gastos dos governos com a saúde, portanto aumentam significativamente. As inundações destroem infra-estrutura de regiões inteiras e prejudicam várias atividades econômicas. Nos EUA os custos são igualmente elevados devido aos verões quentes e à subida no nível das águas. “Desde 1970, os Estados Unidos gastaram mais de US\$ 8 bilhões para recompor praias e evitar o avanço das águas sobre as zonas costeiras, onde vive mais da metade da

população norte-americana”²⁹. “A seguradora suíça *Swiss Re* estima que os estragos causados pelo aquecimento do planeta podem dobrar para US\$ 150 bilhões por ano até 2010”.³⁰

Estes são apenas exemplos presente, as consequências futuras além de globais são imprevisíveis. Percebe-se, mais uma vez entre os diversos exemplos, que a supostamente confiável racionalidade do Estado não é capaz de cálculos tão precisos. Afinal, é essa racionalidade que por muito tempo – e contra todos os indícios – impediu ou tratou com negligência as questões referentes ao aquecimento global. Até o início de 2008, o tema do aquecimento global esteve cada vez mais presente nas discussões políticas entre os governos e nas notícias da mídia, ocupando papel central até mesmo nas reuniões do G-8 – marcadas sempre por temas econômicos. Recentemente, porém, a elaboração de políticas internacionais de cooperação sobre o problema das mudanças climáticas tem sido ainda mais dificultada, uma vez que a “crise ambiental” foi substituída pela “crise econômica” nas negociações internacionais.

A medida que os gastos forem aumentando a *rationale* do Estado fará com que este se empenhe em tomar medidas para solucionar os problemas, e não mais os efeitos. Assim o fazem uma rede de cidades dos Estados Unidos, as quais sofrendo desde já fortes prejuízos das mudanças climáticas se esforçam por conta própria para atingir cotas de redução como as estipuladas pelo Protocolo de Quioto.

Diferentemente da situação norte-americana, que nega a adesão ao Protocolo para não limitar sua produção industrial, o caso da devastação da Amazônia não é algo que beneficia o Estado e, ainda que possa fornecer retornos econômicos imediatos, os custos da exploração desenfreada da região sem dúvida os supera. Podemos perceber, portanto, que o modo como os governos bra-

²⁹ PENNA, C.G. *O Estado do planeta*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1999. p.67

³⁰ “Blair chama Petrobrás para discutir meio-ambiente”. *Valor Econômico*. 02 fev 05. Disponível em <<http://infoener.iee.usp.br/infoener/hemeroteca/imagens/85520.htm>>. Acesso em 28 mar 09.

sileiros lidam com os temas referentes à região nas negociações internacionais é extremamente contraproducente. Agindo desta maneira o Brasil se desfaz do maior recurso que qualquer um gostaria de possuir como instrumento para uma negociação ambiental internacional, o próprio meio ambiente. Impressiona ver que o Estado prefere lutar internacionalmente para que se mantenha o problema interno, do que agir internamente para se beneficiar tanto da resolução do problema, quanto de uma melhor inserção na política internacional. O Brasil, então, é incapaz de “[...] considerar que a floresta amazônica, mais do que um problema, deve ser entendida como a oportunidade de um país, sua chance de um futuro – e por isso mesmo não deve mais ser depredada”.³¹

Roberto Smeraldi, diretor da ONG *Amigos da Terra – Amazônia Brasileira*, apresentou as seguintes considerações sobre o segundo maior desmatamento da história da Amazônia: “É uma notícia ruim mas que já virou rotina, um pouco como ‘explosão mata 25 em Bagdá’. Confirma que o patamar dessa década é maior de todos os tempos”.³² A ética dos governos é frequentemente substituída pela razão econômica ou política, e esta razão possui um limite de cálculo – um bom exemplo das limitações dessa racionalidade são as duas Guerras Mundiais.

Acredita-se que se a natureza não puder ser protegida pela ética de uma ação humana, cedo ou tarde a economia a “protegerá”, por pura necessidade e por cálculo instrumentalizado – os custos se tornarão inevitavelmente muito altos. É reflexo dessa moral construída sobre o valor da acumulação a qualquer custo, o fato de que os Estados tenham passado a considerar mais seriamente os temas ambientais a partir do momento em que se tornou perceptível que tais problemas poderiam gerar custos elevados. Mas as análises econômicas mostrando tais custos deveriam também ter uma fonte “confiável”; inútil seria se o alarme econômico

³¹ SANTOS, Laymert G. *op cit.* p.45.

³² Saiba a opinião de especialistas sobre o segundo maior desmatamento da história da Amazônia – 20 maio 05. Disponível em < <http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=161833> > . Acesso em 26 mar 09.

fosse soado por ambientalistas, ou mesmo por cientistas independentes, como já vinha ocorrendo há tempos. É nesse sentido que o governo britânico solicitou um estudo sobre os custos das mudanças climáticas a um reconhecido economista do Ministério das Finanças do Reino Unido. Quando o relatório indicou que eram necessárias “medidas energéticas” para evitar os piores impactos das mudanças climáticas, sustentando que os investimentos necessários para lidar com o tema eram muito superiores aos que estavam sendo praticados, um desconforto surgiu entre os próprios membros do governo³³ – e dos outros governos que perceberam que a relevância do problema era apontada mesmo por um dos principais Estados que representava o modelo de desenvolvimento vigente. Se essa lógica predomina no Estado, o que dizer das “políticas ambientais” das empresas, que com raríssimas exceções são traçadas apenas para fazer o gosto dos clientes “ecologicamente corretos”?

As diversas questões morais, sociais e ambientais que podem ser levadas em conta para a percepção do problema foram repetidamente ignoradas. Quando uma outra moral estranha ao valor humano da vida mas comum à ação estatal e empresarial – a moral do cofre cheio – começou também a mostrar que o problema deveria ser tratado com mais empenho, passou-se a olhar o problema. O que seria ainda preciso para se passar da observação à ação? Quantas vezes se repetirá, nos tons de uma oração cotidiana, que o crescimento econômico e a preservação ambiental são compatíveis?

³³ O relatório, intitulado “The Economics of Climate Change” foi publicado em 2006 e ficou conhecido como “Stern Review”. O ministro Gordon Brown, quem havia encomendado o estudo, tomou medidas irrisórias diante do que o relatório havia sugerido. Pouco tempo depois Nicholas Stern se retirou de seu cargo, por desavenças com o ministro. (Cf. HURST, Greg. “Climate change author quits Treasury after Brown freezes him out”. The Times. 8 dez 06. < Disponível em: <http://www.timesonline.co.uk/tol/news/politics/article664301.ece> >). No site do Ministério das Finanças é possível encontrar o texto do relatório, inclusive uma versão resumida em português cf. HM Treasury – “Stern Review on the Economics of Climate Change”. Disponível em < http://www.hm-treasury.gov.uk/sternreview_index.htm >).

O que está em questão já não é a necessidade de mudança de atitude e de políticas públicas, mas quando isso se dará, como ocorrerá, e se isso acontecerá em tempo que permita a prevenção de novos e a solução de antigos problemas. As mudanças climáticas são claramente perceptíveis, mas envolvem um projeto civilizatório de longa data: aquele que apresenta a natureza como simples ferramenta a serviço do homem. Resta vermos até quando a racionalidade humana será submetida ao orgulho do processo civilizatório que, apesar de variações, ainda é aquele que leva o “fardo do homem branco”.

Na medida em que já se demonstrou *ad nauseam* a necessidade³⁴ – não só moral, mas também econômica e social – de se preservar o meio ambiente, negar essa preservação representa um processo de modernidade invertida, isto é, um processo que defende o impulso e subjuga a razão. O certo é que a medida desse orgulho será o equivalente em prejuízos para a auto-preservação de toda a espécie e, mais ainda, para a preservação de toda a vida no planeta: o momento, há muito tempo, é decisivo.

Recebido em março de 2009

Aprovado em abril de 2009

³⁴ No pensamento grego e no pensamento filosófico que se seguiu, o termo *necessidade* é oposto ao termo *contingência*, de modo a significar que aquilo que é necessário não pode ocorrer de modo diferente do que ocorreu. A necessidade, nesse sentido, foi longamente entendida como aquilo que traça o caminho da humanidade, sendo a contrapartida filosófica do termo popular *destino* – ambos, podendo ou não ser identificados, conforme as variedades de pensamentos, a uma divindade. Interessa notar que segundo seu sentimento empírico de liberdade, o homem se supôs superior a qualquer ação predeterminada, isto é, necessária. Assim, pretendendo superar a necessidade da ação já ocorrida, parece termos chegado ao entendimento de que poderíamos controlar também a necessidade de circunstâncias, ou seja a necessidade que exige a ação futura. Isto é, para retomar ao problema que examinamos, por mais que esteja explícito que o momento requer que se reconsidere as ações, pretende-se contornar tal exigência com o desenvolvimento de novas tecnologias “limpas”. O que é isso, se não a negação da necessidade, a fé na liberdade de formulação histórica?